



Eixo Temático

<Política Educacional>

Título

O PACTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT) E A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL DOS PAÍSES POBRES.

Autor(es)

**Emanuela Rútila Monteiro Chaves
Maria das Dores Mendes Segundo
Maria Susana Vasconcelos Jimenez**

Instituição

Universidade Federal do Ceará

E-mail

<manuzynha_monteiro@hotmail.com>

Palavras-chave

<Crise estrutural do capital, destrutividade na educação, Educação Para Todos>

Resumo

< O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da destrutividade do capital na política educacional dos países pobres, relacionando as consequências da crise estrutural do capital, enquanto crise sistêmica e insolúvel e a destrutividade dela decorrente, na educação. Buscando melhor se aproximar do movimento do real, partimos de uma pesquisa teórico-bibliográfica, pautada no legado marxiano. Para ilustrar essa destrutividade no modelo educacional veiculado pelo programa de Educação para Todos (EPT), iremos nos ater ao rastreamento de duas categorias que além de serem peças fundamentais na proposta educacional do Banco Mundial, a nosso

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



ver demonstram muito bem a estreita ligação com o mercado e o esvaziamento da formação. As categorias analisadas foram: educação básica e uso das novas tecnologias na educação. No tocante ao exame dessas categorias nos baseamos nos documentos resultantes dos principais eventos do pacto internacional, a saber: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000). O propósito da referida investigação é contribuir para a discussão das consequências da crise estrutural para os diversos âmbitos da vida social, em particular, para a expressão da destrutividade do capital e os seus reflexos na educação. Defendemos que esse caráter destrutivo transborda o âmbito estrito da produção econômica, perpassando, de diferentes formas, as outras dimensões que compõem a totalidade social. Em face das consequências devastadoras do espectro da destruição derivado dessa crise crônica e endêmica, reiteramos a urgência histórica da alternativa societal socialista como única solução efetiva para as crescentes desumanidades produzidas pela ordem sociometabólica do capital.

INTRODUÇÃO

No metabolismo social do capital a produção da base material da sociedade operada pela economia ocorre sob o domínio da produção de mercadorias. Nessa conjuntura, conforme Marx e Engels, não só as coisas, os objetos viram mercadorias, mas as pessoas e as relações sociais também estão sujeitas as leis de mercado como qualquer outro produto. Diante do encontro do capital com os seus limites absolutos que marca a erupção de uma crise sistêmica e insolúvel, há um estreitamento na relação entre economia e educação, ou em outros termos, a educação, atividade humano-social que tem na sua raiz ontológica um papel imprescindível na reprodução do mundo humano, é subordinada as demandas do mercado e as necessidades do capital em crise.

Não estamos afirmando com isso que antes da crise estrutural o mercado não exercia nenhuma influência ou domínio sobre a educação e as outras dimensões sociais. De forma nenhuma isso seria possível por conta do momento predominante exercido pela totalidade social na gênese e desenvolvimento dos complexos parciais. Apenas estamos ressaltando que no quadro dessa crise crônica o domínio do capital tende a um recrudescimento, que por sua vez, se expressa na colocação de diferentes



exigências aos complexos que compõem a totalidade regida pelo capital. O objetivo do aumento da intensidade do domínio do capital sobre a sociedade, que gera e tende a produzir desumanidades em uma escala cada vez mais crescente, consiste em solucionar os efeitos da crise estrutural que reverbera em todas as dimensões sociais, em especial nas instituições de classe a serviço do capital que também tendem a entrar em crise, a exemplo da escola e do Estado moderno.

No que se refere a educação em sentido estrito, na fase de ascendência histórica do capital ela apresentava contornos diferenciados do formato que ela vai adquirir no contexto do encontro do capital com os seus limites absolutos. Com o esgotamento dessa fase de ascensão, o complexo da economia vai influenciar, mas não absolutamente, a educação e os demais complexos, a operar a destrutividade expressa pelo capital. Diante dessa crise a função social da educação vai ser redefinida disseminando uma concepção mistificadora de educação como capaz de resolver todos os males da humanidade, descolando essa atividade do plano objetivo e da sua real contribuição para o processo de transformação social.

Essa reconfiguração da função social da educação nos moldes do capital em crise, bem como a sua crescente ligação com o mercado e o conseqüente esvaziamento do seu papel formativo, expressa o que nós defendemos ser a destrutividade do capital na educação. Como expressão concreta dessa destrutividade na educação, que apresenta a sua forma mais aguda na educação oferecida a classe trabalhadora¹, temos o pacto de Educação para Todos², propagado pelos principais organismos internacionais³ da ONU sob a tutela do Banco Mundial.

¹Não estamos afirmando que essa destrutividade não se expressa na educação oferecida a classe dominante. Muito pelo contrário. Assim como a alienação, os efeitos dessa destrutividade repercutem para as duas classes, mas sem sombra de dúvida as suas conseqüências advêm com muito mais força para a classe trabalhadora.

²Na nossa compreensão há também as dimensões teóricas dessa destrutividade operada no papel ontológico formativo da educação, as quais não vamos nos ater aqui. Dentre estas podemos citar: a pedagogia das competências, a tendência do professor crítico reflexivo, dentre outros paradigmas que atualmente predominam nos cursos de formação docente e compõem o leque das pedagogias do “aprender a aprender”. (DUARTE, 2010)

³A interferência dos organismos internacionais na direção das políticas dos países pobres tem o seu início em um contexto muito peculiar da Guerra Fria em que predominava certa resistência desses países ao domínio americano por conta do massacre da Guerra do Vietnã e do fortalecimento das nações periféricas em processo de descolonização. Para evitar um enfraquecimento da supremacia estadunidense e o fortalecimento do domínio comunista, o bloco americano estrategicamente optou por ações indiretas mediadas por organismos multilaterais. Foi assim que o então secretário de defesa dos



Conforme a natureza do objeto a ser estudado, a pesquisa apresenta-se de cunho bibliográfico e documental, visando desvelar, com base no referencial ontomaxiano, a relação entre o capital e o complexo educacional e as implicações da forma de produção predominantemente destrutiva para essa atividade social.

Para ilustrar essa destrutividade no modelo educacional veiculado pelo programa de Educação para Todos (EPT), iremos nos ater ao rastreamento de duas categorias que além de serem peças fundamentais na proposta educacional do Banco Mundial, a nosso ver demonstram muito bem a estreita ligação com o mercado e o esvaziamento da formação. As categorias são: educação básica⁴ e uso das novas tecnologias na educação. Essas categorias serão analisadas nos documentos resultantes dos principais eventos da EPT, a saber: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990); e o Marco de Ação de Dakar (2000).

3.3.1 Análise das categorias educação básica e uso das novas tecnologias na educação.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990), é derivado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia, que marca o início do movimento de EPT. Nesse documento basilar, que vai servir de referencial para os documentos posteriores e para a reforma educacional a ser conduzida nas nações periféricas, a educação básica aparece como etapa capaz de gerar o desenvolvimento sustentável com o mínimo de custos. Na realidade, a defesa da universalização de uma educação mínima e fragmentária é o eixo principal desse pacto internacional, com o

Estados Unidos, Robert McNamara, renunciou o cargo e assumiu a presidência do Banco Mundial, reconfigurando a política desse organismo sob a dupla base segurança- pobreza. É nessa conjuntura que essa agência multilateral passa a atuar diretamente na educação dos países de periferia do capital, voltando as suas ações para programas destinados as populações mais pobres, possivelmente vulneráveis a aderirem ao bloco comunista. (LEHER, 1999).

⁴Os termos educação básica e educação primária utilizados nos documentos de EPT, se referem ao nível elementar de educação, independente das nomenclaturas utilizadas pelos diversos países pobres. No caso do Brasil, inicialmente esse nível elementar de educação se restringia ao ensino fundamental. Com a quase universalização do acesso a essa etapa de ensino, esse nível foi ampliado para as demais etapas que compõem a educação básica e a suas modalidades.



qual se articulam outras metas, a exemplo da paridade de gêneros, da educação e cuidados na primeira infância (ECPI) e da diminuição do analfabetismo.

De acordo com esse documento, a falta de uma educação básica para a grande parcela da população impede que vários problemas de ordem econômica, social, ambiental e política sejam enfrentados, e ao mesmo tempo esses problemas atrapalham os esforços em satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem⁵, que se restringem a um pequeno conjunto de habilidades para o trabalho em uma sociedade com um alto patamar de evolução das forças produtivas, e não a toda a riqueza produzida pelo gênero humano.

Nesse sentido, a declaração coloca que a educação básica seria “[...] a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação” (UNESCO, 1990, p. 4). Todavia, esse nível mais adiantado de formação, que se daria no ensino superior, deveria ficar a cargo da iniciativa privada, uma vez que essa etapa educacional desponta como novo e importante setor a ser explorado pelo mercado, que inclui também a disseminação maciça das TIC’s⁶. A proposta educacional do Banco Mundial defende a privatização do ensino superior sob o argumento de que as vagas nas universidades públicas seriam destinadas em sua grande maioria aos alunos de classe média alta e classe alta, excluindo os alunos de um nível sócioeconômico mais baixo. Para solucionar esse problema o ensino superior deveria ser de responsabilidade do setor privado e deveria conceder bolsas de estudos para os alunos pobres que não tivessem condições de pagar pelo ensino superior. É sob essa lógica mercantil concretizada em meio a consolidação do Estado neoliberal que é colocada a proposta de

⁵“Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.” (UNESCO, 1990, p.4)

⁶ Tecnologias da Informação e Comunicação.



reforma universitária ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo retomada no governo Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do REUNI⁷ e do ProUni⁸.

A etapa básica ou fundamental de educação, segundo o documento, deve ter como foco resultados de aprendizagem concretos. Aqui se insere outra peça fundamental da proposta educacional do Banco Mundial: a ênfase em sistemas nacionais de avaliação que atuam como medidores dos níveis de aprendizagem da população e da qualidade dos sistemas de ensino. Cabe colocar, que no Brasil não há um sistema nacional de educação, conforme a proposta de descentralização da gestão e dos recursos, mas há um sistema nacional de avaliação que compreende desde a educação básica até a pós-graduação, em total confirmidade com a política impositiva e avaliativa desse organismo.

Além do empenho dos governos responsáveis pela educação a nível nacional, municipal e estadual, na universalização da educação básica, a declaração ressalta a importância das parcerias, ou de alianças, já que os governos não dariam conta de suprir todo o suporte humano, financeiro e organizacional necessário a concretização dessa tarefa.

Alinhado as alianças e as parcerias, o documento conclama a solidariedade internacional e a benfeitoria dos organismos multilaterais de financiamento, no tocante a cooperação técnica e financeira para concretizar a educação para todos, utilizando o falso argumento econômico de que o investimento na educação básica seria o melhor investimento que se poderia fazer no futuro de um povo e de uma nação, possibilitando, posteriormente, “[...] até a solução dos grandes problemas mundiais que hoje enfrentamos”. (p. 41 e 42). Esse argumento é falso, por que a educação sozinha não

⁷ Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007 pelo governo Luís Inácio Lula da Silva e instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

⁸ O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005 e concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas aos estudantes de baixa renda de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica. As instituições privadas que aderem ao Programa recebem isenção de tributos. A principal crítica que se faz ao ProUni é que esses recursos advindos dos tributos a serem pagos pelas instituições de educação superior privadas deveriam ser investidos nas universidades públicas que são responsáveis pela produção de pesquisa de ponta no país.



pode operar uma transformação social, por conta do seu papel ontológico na formação de consciências. Ela pode mediar esse processo por meio de atividades emancipatórias, já que a transformação social não passa diretamente pela educação e sim pela mudança no exercício do controle sobre o trabalho. (TONET, 2005; MÈSZÀROS, 2002)

No que se refere ao uso das novas tecnologias na educação, que se constitui em outro ponto relevante dentro de uma formação esvaziada para o mercado, a declaração de Jomtien enfatiza o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação enquanto importante meio para possibilitar que as pessoas tenham acesso a “[...] informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como *aprender a aprender*” (UNESCO, 1990, p. 2, grifos nossos). Como o eixo basilar do movimento de EPT é a universalização da educação básica, o uso das TIC’s e dos meios de comunicação de massa deveriam atuar, segundo o documento, de forma a incrementar o processo de educação formal e não formal, favorecendo o compartilhamento de informações e a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

O uso das tecnologias da informação e da comunicação, conforme o discurso dessa declaração, também possibilitaria um aumento na oferta da educação básica, a melhoria da sua qualidade e da gestão. Por detrás da defesa do papel educativo das tecnologias, principalmente das tecnologias mais avançadas, existe um poderoso nicho de mercado que cresce a passos largos. Como se isso não bastasse, as informações que na maioria das vezes são repassadas por meio dessas tecnologias não se aproximam tampouco substituem o conhecimento elaborado, em suma o conhecimento científico.

Da ênfase no uso das novas tecnologias na educação e de todo o seu apelo mercadológico advém uma importante consequência que ultimamente tem contribuído decisivamente para o esvaziamento da educação em todas as áreas, e mais especificamente para a formação de professores. A EAD⁹ e as suas modalidades é um desdobramento do uso puramente mercadológico das novas tecnologias na educação. A sua disseminação expressa não só uma das facetas da subordinação da educação ao mercado, como também o esvaziamento do conhecimento através da supressão quase total das aulas presenciais e da orientação do professor, e da sua substituição por tutores,

⁹ Educação a Distância.



sem uma formação acadêmica específica em licenciatura ou em qualquer atividade de pesquisa que deve caracterizar a docência do ensino superior. No caso do Brasil a EAD vem crescendo assustadoramente adentrando, inclusive com toda a força, a política de formação de professores¹⁰ e as universidades públicas estaduais e federais que já oferecem alguns cursos semi-presenciais.

Passados dez anos da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos foi realizado o Fórum Mundial de Educação em Dakar, o qual reiterou as metas estabelecidas em Jomtien, reafirmando assim, o compromisso com a universalização da educação básica de qualidade para todos os ditos cidadãos, ou em outras palavras para o contingente populacional de trabalhadores. Segundo o documento resultante desse evento

A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, **meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização**. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT. As necessidades básicas de aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência. (UNESCO, 2000, p. 8, grifos nossos)

O Marco de Ação de Dakar reafirma a concepção de educação defendida em 1990, enfatizando o seu papel na construção de indivíduos autônomos, em face das novas exigências sociais e econômicas colocadas pelo século XXI, e na transformação social. Assim,

A educação, começando com a assistência e educação das crianças pequenas e continuando pela aprendizagem durante a vida toda, é essencial à outorga de poder ao indivíduo, à eliminação da pobreza no nível da família e da comunidade, e ao desenvolvimento social e econômico mais amplo. Ao mesmo tempo, a redução da pobreza facilita o avanço na direção das metas da educação fundamental [...] (UNESCO, 2000, p. 22)

¹⁰Um exemplo da disseminação da EAD na política de formação de professores no Brasil é a Plataforma Freire que está inserido no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, cujo objetivo é adequar o ensino de todas as cidades brasileiras à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Plataforma Freire oferece cursos presenciais e a distância para professores que ainda não concluíram a sua licenciatura ou lecionam em uma área diferente da sua formação.



Os princípios essenciais contidos na declaração de Jomtien e reafirmados na declaração de Dakar expressam o conteúdo essencial da proposta educacional do movimento de EPT. Dentre esses destaca-se a universalização da educação básica, a defesa e busca da equidade, a atenção sobre os resultados de aprendizagem, o aumento de recursos destinados ao nível mais elementar de educação e o estabelecimento de parcerias (entre governos, ONG's e entre o setor público e privado). (UNESCO, 2000)

A oferta da educação básica ou do nível elementar de educação é colocada como sendo uma responsabilidade dos governos uma vez que “Todas as crianças devem ter a possibilidade de realizar seu direito à educação de qualidade nas escolas ou em programas alternativos, em todo e *qualquer nível de educação considerado 'fundamental' [...]*” (UNESCO, 2000, p. 18). Contudo, a sociedade organizada não deve envidar esforços na concretização desse objetivo e os organismos internacionais de financiamento também devem dar a sua contribuição, alocando uma maior parte de seus recursos para a educação básica ou outras formas de educação elementares.

Esse empenho na universalização da educação básica gratuita e de qualidade, ocorre por que essa etapa, de acordo com o que postula o movimento internacional, daria conta da formação dos indivíduos inseridos em uma sociedade dita do conhecimento em rápida e constante mudança, com uma nova organização do trabalho. Nesse sentido, os investimentos em educação básica deveriam ser significativamente aumentados e os instrumentos da política educacional dos países pobres deveriam priorizar essa etapa de ensino, como bem exemplifica o Fundef¹¹, o Fundeb¹², o PDE¹³, e os movimentos nacionais e as parcerias e alianças do setor privado com ONGs nacionais e internacionais em prol da universalização da educação básica (Movimento Todos pela Educação, Campanha Nacional pelo Direito a Educação, Action Aid Brasil e Ação Educativa).

A busca pela universalização da educação básica, conforme o documento, deve está intimamente associada a conquista da sua qualidade, elemento fundamental

¹¹Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Lei n° 9424/ 96.

¹²Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei ° 11. 494/ 2007.

¹³Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado no ano de 2007 em conjunto com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, e instituído pelo [Decreto Lei n° 6.094](#).



para alcançar os resultados satisfatórios de aprendizagem. Essa concepção de qualidade veiculada pelo Banco Mundial e pela UNESCO¹⁴, muito questionável do ponto de vista da formação omnilateral, deve ser mensurada em avaliações de aprendizagem periódicas efetuadas pelos sistemas nacionais de avaliação dos países pobres. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, na LDBEN¹⁵, Lei nº 9.394/96, na Lei 9.424/96 que regulamentou o Fundef e na Lei 11.174/2007 que regulamenta o Fundeb, já estava previsto a definição de um padrão mínimo de qualidade que deveria nortear os recursos a serem destinados para a educação básica pública. Entretanto, esse padrão não tinha sido definido até maio de 2010 quando foi aprovado pelo CNE¹⁶ a resolução 8/2010, que normatiza os padrões mínimos de qualidade para a educação básica, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo (CAQi). No entanto, o parecer ficou engavetado esperando uma concretização do texto por parte da SEB (Secretaria de Educação Básica) e do CNE, para posteriormente ser homologado pelo Ministério da Educação (MEC). A definição do padrão de qualidade também se configura como uma das estratégias da meta vinte do Novo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

O Marco de Ação de Dakar defende que um dos elementos que auxiliaria diretamente na concretização dessa qualidade seria o uso de recursos adequados como instalações em boas condições, professores bem capacitados e motivados em sua profissão, livros e materiais didáticos e tecnologias educacionais de baixo custo, acessível a todos os alunos. No que se refere a preparação específica dos docentes para a conquista da qualidade do ensino e para o exercício de um novo papel na preparação dos alunos para uma economia baseada no conhecimento e dirigida pela tecnologia

“[...] Em todos os níveis da educação os professores devem ser respeitados e adequadamente remunerados; ter acesso à formação e ao desenvolvimento e ao apoio profissional permanente, inclusive **mediante o ensino aberto e a distância** [...]” (UNESCO, 2000, p. 24, grifos nossos)

A defesa dos benefícios do uso das novas tecnologias na educação, inclusive na formação de professores, advém de um contexto no qual predomina a

¹⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

¹⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

¹⁶ Conselho Nacional de Educação



ideologia da globalização, como um impulso de integração planetária que não pode ser controlado, e o discurso de que o motor do desenvolvimento e da produção da riqueza seria o conhecimento. De acordo com o documento, a globalização é vista como um processo positivo, se constituindo enquanto uma oportunidade e um desafio, devendo ser adaptada para proporcionar equidade e sustentabilidade econômica. A revolução nas tecnologias da informação estaria na base da globalização que teria o poder de auxiliar na redução da pobreza e das desigualdades, e na utilização das novas tecnologias na educação elementar. No entanto, haveria um lado negativo no processo de globalização. Ele traria uma tendência a criação de um mercado do conhecimento que marginalizaria a população pobre. O acesso dos pobres e marginalizados a educação fundamental seria a solução para o problema da exclusão em uma economia global cada vez mais próspera baseada no conhecimento.

Seguindo esse raciocínio, novas tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas para apoiar os esforços despendidos no alcance das metas de EPT sem exigir a alocação de muitos recursos. As TIC's deveriam ser empregadas pela sua potencialidade na disseminação do conhecimento e por possibilitar uma aprendizagem eficaz. Nos países ditos em desenvolvimento, essas tecnologias devem vir associadas a tecnologias mais antigas e serem aplicadas em toda a sua dimensão na capacitação de professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nas linhas acima é possível constatar que toda a defesa em torno da educação básica, enquanto uma etapa que traria a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem da população dos países pobres, e do uso abusivo e redentor das novas tecnologias na educação, tanto na educação básica quanto em uma formação esvaziada destinada aos professores, esta inserida no contexto de adaptação dos indivíduos as exigências colocadas por uma nova configuração do mercado em uma sociedade tecnológica e dita do conhecimento ou da informação. Esse é o eixo basilar das diretrizes educacionais dos documentos de EPT: uma suposta nova sociedade exigiria uma nova educação.



De fato estamos vivenciando uma nova etapa do desenvolvimento sistêmico do capital, a sua fase descendente, o que não implica de modo algum a superação do capitalismo e muito menos do trabalho enquanto produtor da riqueza social e condição eterna da reprodução da vida humana. O encontro do capital com limites intransponíveis exige uma reconfiguração dos diversos setores sociais, inclusive da educação. Não só no tocante a educação, mas no que diz respeito ao desenvolvimento social como um todo, há um movimento contrário, inverso, que resulta em um empobrecimento e não em um enriquecimento do gênero e da própria condição humana. Expliquemos melhor. As relações sociais do sistema do capital em especial, e as relações das outras formas de sociabilidade pautadas na exploração do homem pelo homem, tem uma importância muito significativa na inversão desse desenvolvimento. Entretanto, o capital em crise sistêmica acarreta um aumento expressivo na produção dessas desumanidades, por meio da disseminação de consequências destrutivas advindas da sua dinâmica expansionista. Entre essas consequências destrutivas está a completa subordinação da educação ao mercado e a fragmentação e o empobrecimento do conhecimento. O alto desenvolvimento das forças produtivas deveria está associado ao enriquecimento do gênero¹⁷, mas está crescentemente voltado para as demandas do capital, como bem exemplifica a hipertrofia do complexo industrial militar e dos seus laboratórios de pesquisa com tecnologia de ponta.

A subordinação da educação ao mercado e o esvaziamento e a negação do conhecimento, na nossa compreensão, se relacionam e interagem entre si nas duas categorias analisadas: *educação básica e uso das novas tecnologias na educação*. No caso do discurso em prol da educação básica como etapa suficiente para suprir as necessidades econômicas e sociais dos países pobres, a sua dimensão mercadológica está ligada a qualificação para o trabalho e ao desenvolvimento de habilidades para um mercado baseado na tecnologia. Já o esvaziamento e a negação do conhecimento se dão através da quase restrição dos países periféricos a etapa mais elementar de educação, uma vez que as ações e as políticas de financiamento dessas nações priorizam essa meta

¹⁷Sabemos que o enriquecimento do gênero humano e o conhecimento tem a sua raiz no trabalho, e por esse motivo os obstáculos que se põe ao desenvolvimento desse gênero tem a sua matriz na alienação e no estranhamento, questões que não vamos nos ater aqui.



internacional. Outro aspecto da fragmentação e negação do conhecimento está atrelado a adoção de paradigmas educacionais que priorizam o conhecimento cotidiano, que se dá na prática e pela prática, como as pedagogias do aprender a aprender.

A defesa do uso das novas tecnologias também tem um forte viés mercadológico ao utilizar esse quase endeuamento como suporte para garantir a expansão de importantes setores que se abrem ao mercado: o mercado educacional (universidades, faculdades ou grandes escolas de nível superior privados) e o mercado das tecnologias em geral, principalmente as tecnologias educacionais. O esvaziamento e a fragmentação do conhecimento se expressam na substituição do professor e do repasse do conhecimento pelo uso abusivo das novas tecnologias que traz embutida a sugestão de que as informações veiculadas nesses meios substituem o conhecimento científico, sistematizado.

Em face de todas as consequências da crise estrutural do capital para a educação, abordadas em linhas gerais nas reflexões elaboradas nos parágrafos acima, e para o conjunto da sociedade, nunca foi tão atual a defesa de uma forma superior de sociabilidade. Só através de uma ruptura radical e da retomada do controle dos trabalhadores sobre o trabalho é possível vislumbrar outro futuro para a humanidade que não seja o espectro da destruição total. Infelizmente, sem essa ruptura não será possível conter a fúria destrutiva do capital que emana cada vez mais fortemente sobre os sujeitos, a totalidade social e os complexos parciais que a compõem, independente das ações e da boa vontade daqueles que ainda continuam defendendo o reformismo como uma alternativa viável. Hoje mais do que nunca o capital se mostra irreformável e incontrolável.

Nesse processo, a educação pode ter um importante papel contribuindo para a formação de consciências, por meio de atividades emancipatórias que atuem influenciando, com as devidas mediações, o movimento social.

REFERÊNCIAS

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. Formação de Professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010, p. 33-49. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/catalogodetalhe.asp?ctl_id=113.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r05_r03.htm>. Acesso em 14/04/2011.

LESSA. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. rev. e ampl.- Ijuí : Ed. Unijuí, 2012.- 240 p.- (Coleção filosofia ; 19).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: o Fundef no centro do debate. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC, Fortaleza, 2005.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. In: SANTOS, Deribaldo; JIMENEZ, Susana (Organizadores). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. – Campina Grande: EDUEFCG/ Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 37- 59.

TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí. RS, Editora Unijuí, 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação para Todos**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. **O Marco de ação de Dakar Educação para Todos**: atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2010.



www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015





www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

